

A MULHER NEGRA COMO PROTAGONISTA NA INTERSEÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E NEUROPSICOPEDAGOGIA: CAMINHOS PARA A EQUIDADE E INCLUSÃO

THE BLACK WOMAN AS PROTAGONIST IN THE INTERSECTION BETWEEN PUBLIC POLICIES AND NEUROPSYCHOEDAGOGY: PATHS TO EQUITY AND INCLUSION

LA MUJER NEGRA COMO PROTAGONISTA EN LA INTERSECCIÓN ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS Y NEUROPSICOPEDAGOGÍA: CAMINOS HACIA LA EQUIDAD Y LA INCLUSIÓN

Cristiane Almeida Lisboa¹
Antonio Cordeiro de Souza Júnior²

RESUMO: A mulher negra no Brasil enfrenta profundas desigualdades devido ao racismo e sexism, que impactam sua educação, saúde e desenvolvimento. A neuropsicopedagogia, aliada a políticas públicas antirracistas, é crucial para promover equidade e inclusão, combatendo barreiras de aprendizagem e os efeitos do racismo no desenvolvimento cognitivo e emocional. A exclusão histórica e a ausência de representatividade agravam as desvantagens educacionais e sociais. Leis como a nº 10.639/2003 e políticas afirmativas são marcos para valorizar a cultura afro-brasileira e garantir acesso e sucesso acadêmico. O racismo gera estresse tóxico, afetando a saúde mental e o aprendizado. Para reverter esse quadro, são propostas ações integradas: capacitação de professores em práticas pedagógicas antirracistas e neuropsicopedagógicas, suporte psicoeducacional especializado nas escolas e incentivo ao protagonismo feminino negro em diversas áreas. Essas medidas visam fortalecer a identidade, promover o bem-estar e construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Mulher Negra. Neuropsicopedagogia. Políticas Pùblicas. Racismo. Equidade Educacional.

ABSTRACT: Black women in Brazil face deep inequalities due to racism and sexism, which impact their education, health, and development. Neuropsychopedagogy, combined with anti-racist public policies, is crucial for promoting equity and inclusion, combating learning barriers and the effects of racism on cognitive and emotional development. Historical exclusion and lack of representation exacerbate educational and social disadvantages. Laws such as No. 10.639/2003 and affirmative policies are milestones for valuing Afro-Brazilian culture and ensuring academic access and success. Racism generates toxic stress, affecting mental health and learning. To reverse this situation, integrated actions are proposed: training teachers in anti-racist and neuropsychopedagogical teaching practices, specialized psychoeducational support in schools, and encouraging black female leadership in various areas. These measures aim to strengthen identity, promote well-being, and build a more just and inclusive society.

Keywords: Black Woman. Neuropsychopedagogia. Public Policies. Racism. Educational Equity.

¹ Doutoranda em mudança social e participação política - USP.

² Doutorando em Ciências da Educação. Universidad Tecnológica Intercontinental – UTIC.

RESUMEN: La mujer negra en Brasil enfrenta profundas desigualdades debido al racismo y sexismo, que impactan su educación, salud y desarrollo. La neuropsicopedagogía, aliada a políticas públicas antirracistas, es crucial para promover la equidad e inclusión, combatiendo barreras de aprendizaje y los efectos del racismo en el desarrollo cognitivo y emocional. La exclusión histórica y la ausencia de representatividad agravan las desventajas educativas y sociales. Leyes como la nº 10.639/2003 y políticas afirmativas son hitos para valorar la cultura afrobrasileña y garantizar el acceso y éxito académico. El racismo genera estrés tóxico, afectando la salud mental y el aprendizaje. Para revertir este panorama, se proponen acciones integradas: capacitación de docentes en prácticas pedagógicas antirracistas y neuropsicopedagógicas, apoyo psicoeducativo especializado en las escuelas e incentivo al protagonismo femenino negro en diversas áreas. Estas medidas buscan fortalecer la identidad, promover el bienestar y construir una sociedad más justa e inclusiva.

Palabras clave: Mujer Negra. Neuropsicopedagogía. Políticas Públicas. Racismo. Equidad Educativa.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a trajetória da mulher negra é marcada por uma persistente e complexa teia de desigualdades, oriundas da intersecção entre racismo e sexismo que estrutura a sociedade desde períodos históricos de escravidão. Essa realidade se manifesta em diversos âmbitos, impactando diretamente o acesso à educação, à saúde e a oportunidades de desenvolvimento pleno. A análise dessas opressões exige uma abordagem que reconheça a especificidade da experiência da mulher negra, como detalhado por Carla Akotirene ao discutir a interseccionalidade (Akotirene, 2019). 2

O racismo tem a raça como fundamento, porque confirma que a discriminação é baseada na classificação e hierarquização social das pessoas por meio do conceito de raça, que, embora seja uma construção social, não biológica, tem impactos materiais e concretos na vida das pessoas. Isso porque a sociedade a usa para dar acesso ou negar coisas importantes como bons empregos, saúde e justiça.

O racismo tem a raça como seu fundamento central, pois a discriminação racial se estrutura a partir da classificação e da hierarquização social dos indivíduos com base nesse conceito. A raça não possui base biológica nenhuma, tratando-se então de uma construção social e histórica, seus efeitos são profundos, materiais e concretos na vida das pessoas. Essa construção orienta práticas sociais que regulam o acesso ou a negação a direitos fundamentais, como oportunidades de trabalho, serviços de saúde e o pleno acesso à justiça, reproduzindo desigualdades e perpetuando relações de poder.

A discussão sobre herança, no contexto das relações raciais, exige reflexões como as de Cida Bento, que questiona a forma como os privilégios raciais são historicamente acumulados e perpetuados entre gerações. Em sua obra, Bento (2022) afirma: “[...] a realidade da supremacia branca nas organizações públicas e privadas da sociedade brasileira é vivenciada pelas novas gerações brancas como um mérito do seu grupo, como se não tivesse relação com os atos desumanos cometidos no período da escravidão que corresponde a 4/5 da história do país ou com aqueles que ainda persistem na atualidade.”

A neuropsicopedagogia emerge como um campo interdisciplinar que integra conhecimentos da neurociência, psicologia e pedagogia para compreender os processos de aprendizagem e suas dificuldades, propondo intervenções que otimizem o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Sua relevância no contexto educacional contemporâneo reside na capacidade de identificar e abordar as barreiras que impedem a aprendizagem, adaptando estratégias pedagógicas às necessidades individuais dos alunos.

Este artigo se propõe a discutir como as políticas públicas podem efetivamente integrar os princípios e práticas da neuropsicopedagogia para atender às necessidades específicas da mulher negra, desde a infância até a vida adulta, e, assim, garantir seu desenvolvimento pleno e promover a equidade educacional e social no Brasil. Ao considerar os desafios impostos pelo racismo e pela misoginia, busca-se delinear caminhos para que as políticas públicas e a neuropsicopedagogia colaborem na construção de um ambiente mais inclusivo e equitativo, onde a mulher negra seja protagonista de sua própria jornada de aprendizagem e realização.

A MULHER NEGRA NO CENÁRIO EDUCACIONAL E SOCIAL BRASILEIRO

A trajetória da mulher negra no Brasil é profundamente marcada por um legado histórico de exclusão, marginalização e violência simbólica, herança direta de mais de 300 anos de escravidão. Apesar da abolição formal, o racismo estrutural perpetuou-se nas instituições sociais e políticas, impedindo que essa população tivesse pleno acesso à cidadania e aos direitos básicos, como a educação. Historicamente, a educação sempre foi um campo de batalha para os negros, sendo negada durante o período escravista e postergada na maior parte do século XX, perpetuando a segregação racial e a desigualdade (Almeida & Silva, 2017). Esse fenômeno resultou na manutenção de uma hierarquia racial em que as mulheres negras foram relegadas às funções menos valorizadas socialmente, como o trabalho doméstico, o que limitou suas possibilidades de ascensão social e econômica.

O impacto desse contexto histórico sobre a educação é desastroso. Estudos mostram como a ausência de políticas reparadoras criou lacunas profundas no desenvolvimento de oportunidades para a população negra, especialmente para as mulheres. O ambiente escolar muitas vezes reproduz o racismo estrutural por meio de práticas pedagógicas e materiais didáticos que invisibilizam a história afro-brasileira, perpetuando estereótipos e excluindo perspectivas de valorização do protagonismo negro. Como destaca Almeida e Silva, a reprodução de desigualdades no sistema educacional reflete o quanto faltam instrumentos transformadores que reconheçam as especificidades culturais e históricas dessa população (Almeida & Silva, 2017).

A aplicação do conceito de interseccionalidade é essencial para compreender essa realidade, pois demonstra como as opressões de raça, gênero e classe não operam de forma isolada, mas se entrelaçam e potencializam. Para as mulheres negras, isso significa enfrentar camadas sobrepostas de discriminação que vão além do racismo ou do sexismo de forma isolada, criando experiências singulares de desvantagem no campo educacional e social. Sueli Carneiro ilumina essa questão, argumentando que o racismo aliado ao sexismo não apenas limita as oportunidades, mas também perpetua uma hierarquia onde o corpo e a voz da mulher negra são deslegitimados e desumanizados (Carneiro, 2011). Essa exclusão impacta diretamente sua permanência na educação e sua capacidade de acessar carreiras de maior prestígio e remuneração.

As consequências dessa exclusão são visíveis nas estatísticas do mercado de trabalho, onde mulheres negras permanecem concentradas nas ocupações mais precarizadas e de menor remuneração, e nos indicadores educacionais, ressaltando altos índices de evasão escolar e menor acesso à educação superior. Dados recentes apontam que a mulher negra enfrenta, além das dificuldades econômicas, um ambiente escolar hostil, onde o racismo, explícito ou velado, compromete seu aproveitamento acadêmico e seu bem-estar emocional. A violência simbólica presente em estereótipos de incapacidade intelectual consolida-se desde a infância, perpetuando um ciclo de insegurança que impacta gerações.

A ausência de representatividade agrava essa situação. A invisibilidade de mulheres negras em cargos de liderança educacional, político ou corporativo gera um impacto profundo na formação identitária de meninas negras, que não encontram referências de sucesso que as inspirem. Oliveira e Both argumentam que a falta de mulheres negras em posições de influência amplia suas dificuldades ao buscar posicionar-se na sociedade, pois não existem exemplos que

demonstrem a possibilidade de transformar sua realidade (Oliveira & Both, 2018). Quando as escolas, por exemplo, falham em fornecer lideranças femininas negras sejam elas professoras, diretoras ou gestoras, perpetuam um modelo onde o poder e o conhecimento permanecem personificados por figuras majoritariamente brancas.

Nesse sentido, a representatividade deve ser entendida como um espaço político de transformação. Quando figuras femininas negras ocupam e são celebradas em espaços de destaque, abre-se um precedente para romper com os ciclos de invisibilidade. As políticas públicas precisam fomentar não apenas o acesso à educação para as mulheres negras, mas também garantir condições reais de participação e progresso. Isso inclui cotas para cargos em espaços decisórios, estímulo à formação acadêmica em áreas de liderança e a promoção de histórias de sucesso que possam inspirar as gerações futuras.

A valorização das mulheres negras no cenário educacional e social tem um impacto que transcende os indivíduos e alcança a estrutura da sociedade como um todo. Saberes, visões de mundo e contribuições negras femininas precisam ser reconhecidos e incorporados como parte vital de uma comunidade plural e justa. Essa valorização não apenas fortalece as mulheres negras, mas também oferece novas perspectivas sobre o que significa construir uma sociedade equitativa, onde o direito à educação e ao reconhecimento identitário não seja um privilégio de poucos, mas um alicerce para o desenvolvimento coletivo.

POLÍTICAS PÚBLICAS E OS CAMINHOS PARA INCLUSÃO DA MULHER NEGRA

A superação das profundas desigualdades históricas e estruturais que ainda marginalizam a mulher negra no Brasil exige um compromisso inabalável com o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas robustas. Essas políticas devem ser intrinsecamente antirracistas e focadas na promoção irrestrita da igualdade de gênero, reconhecendo a intersecção dessas opressões que moldam a experiência feminina negra. É através de um arcabouço legal e programático bem definido que se pode iniciar a desconstrução de séculos de desvantagens acumuladas (Carneiro, 2011).

A Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de todo o país, representa um marco legislativo fundamental. Mais do que uma simples adição curricular, essa lei simboliza um esforço crucial para reescrever a narrativa nacional, que por muito tempo negligenciou e invisibilizou as contribuições africanas e afro-brasileiras. Sua implementação visa valorizar a identidade negra, promover o

orgulho étnico e combater o epistemicídio educacional que historicamente apagou o conhecimento e a memória de povos e culturas (Brasil, 2003).

Conforme discutido por Santos, Pinto e Chirinéa, a Lei nº 10.639/03 desempenha um papel vital nas relações e embates contra o epistemicídio, ao legitimar e incorporar a diversidade cultural e histórica afro-brasileira no currículo escolar (Santos, Pinto & Chirinéa, 2018). Essa iniciativa é um pilar para a formação de uma cidadania mais consciente e para a construção de uma sociedade que reconheça e celebre sua pluralidade, transformando o ambiente educacional.

Tais políticas são, portanto, essenciais para transformar fundamentalmente o ambiente educacional, tornando-o intrinsecamente mais inclusivo, representativo e equitativo. Ao incorporar as histórias, lutas e conquistas dos povos africanos e seus descendentes, a educação deixa de ser um espaço de reprodução de preconceitos e passa a ser um motor de mudança social, oferecendo a todas as crianças e jovens uma visão mais completa e justa da história e da identidade brasileira.

O acesso à educação de qualidade emerge como um pilar central e inegociável para a emancipação plena da mulher negra. É através da educação que se adquirem as ferramentas para a mobilidade social, o empoderamento e a quebra de ciclos intergeracionais de pobreza e marginalização que historicamente aprisionaram essa população (Lemos, Ferreira Perazzo & de Oliveira, 2022). Políticas educacionais eficazes devem, portanto, ser concebidas para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso acadêmico de todas. 6

Para isso, são cruciais políticas desenhadas especificamente para combater a evasão escolar, fomentar o ingresso e a permanência no ensino superior, e oferecer oportunidades robustas de formação profissional. Programas de bolsas, mentorias e acompanhamento pedagógico são exemplos de iniciativas que podem fortalecer a trajetória educacional da mulher negra, assegurando que ela tenha as condições necessárias para prosseguir em seus estudos e desenvolver suas aptidões (Senkevics & Mello, 2022).

Nesse contexto, as políticas afirmativas, notadamente as ações de cotas, têm-se revelado um instrumento vital e transformador. Elas não apenas "abrem portas" para estudantes negros e negras nas universidades, mas reconfiguram a paisagem institucional e desafiam as estruturas de poder tradicionais do ensino superior, promovendo uma representatividade mais equânime. Carolino, Ferreira e Teodósio, em sua análise sobre o acesso ao ensino superior por estudantes negros no Brasil, destacam como essas medidas possibilitam novas e promissoras

trajetórias acadêmicas e profissionais, que antes eram inatingíveis para muitos (Carolina, Ferreira & Teodósio, 2023).

A busca pela equidade, contudo, transcende o ambiente acadêmico e abarca de forma primordial a saúde, com especial atenção à saúde mental, e a inadiável necessidade de suporte neuropsicopedagógico em comunidades racializadas. É imprescindível que as políticas públicas integrem programas de acolhimento e suporte psicossocial que compreendam e considerem os impactos devastadores das microagressões raciais e de gênero na saúde mental das mulheres negras, como o estresse crônico, a ansiedade e a depressão, conforme pormenorizado por Martins, Lima e Santos (Martins, Lima & Santos, 2020). Tais iniciativas são fundamentais para fortalecer a resiliência, promover o bem-estar integral e assegurar que as mulheres negras tenham as condições necessárias para florescer em todos os aspectos de suas vidas.

IMPACTOS DO RACISMO NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E EMOCIONAL

O racismo, tanto em sua manifestação estrutural quanto em suas expressões cotidianas, impõe um estresse tóxico significativo que afeta diretamente a saúde mental, o desenvolvimento cognitivo e o desempenho escolar da mulher negra. As microagressões raciais de gênero, por exemplo, contribuem para um ambiente hostil que pode gerar ansiedade, depressão e baixa autoestima, impactando a capacidade de concentração, memória e, consequentemente, a aprendizagem. Esse cenário de vulnerabilidade psicológica é evidenciado por pesquisas que analisam o efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras (Martins, Lima & Santos, 2020). 7

A neurociência e a neuropsicopedagogia oferecem ferramentas para compreender como o preconceito e as experiências de discriminação podem alterar os mecanismos de aprendizagem e o desenvolvimento cerebral. O impacto prolongado do racismo pode sobrecarregar sistemas cognitivos e emocionais, dificultando o engajamento em tarefas educacionais e a construção de novos conhecimentos. Neste contexto, as estratégias neuropsicopedagógicas tornam-se essenciais para mitigar essas barreiras, criando ambientes de aprendizado mais adaptativos e inclusivos, conforme abordado em estudos sobre a educação e trabalho de mulheres negras e a interseccionalidade entre gênero e raça (Lemos, Ferreira Perazzo & de Oliveira, 2022).

A promoção da autoestima e da identidade é um pilar fundamental para reverter os efeitos negativos do racismo no desenvolvimento da mulher negra. Uma educação antirracista desempenha um papel crucial ao valorizar a história, a cultura e as contribuições da população

negra, permitindo que a mulher negra se reconheça e se sinta pertencente. Esse processo de construção e fortalecimento da identidade é vital para o engajamento educacional e para o bem-estar psicológico, como explorado na análise da construção da identidade de meninas e mulheres negras e o conflito diante de uma sociedade que não as representa (Gesser & Costa, 2018).

A CONTRIBUIÇÃO DA NEUROPSICOPEDAGOGIA

A neuropsicopedagogia procura reunir e integrar os estudos do desenvolvimento, das estruturas, das funções e das disfunções do cérebro, ao mesmo tempo que estuda os processos psicocognitivos responsáveis pela aprendizagem e os processos psicopedagógicos responsáveis pelo ensino" (FONSECA, 2014,). Desse modo a neuropsicopedagogia se caracteriza na área de conhecimento, voltada principalmente para os processos de ensino e aprendizagem, que se compõe na avaliação de indivíduos em defasagem. A saber, esses indivíduos não se desenvolvem fora dos contextos históricos, sociais, culturais, econômicos e educacionais, e o funcionamento do cérebro é justamente uma interação dos impulsos nervosos ao transmitir por meio das sinapses a liberação de substâncias químicas chamadas de neurotransmissores (RAQUEL ARAUJO, 2010). No caso das mulheres negras, essa abordagem torna-se imprescindível, pois suas trajetórias são atravessadas por um histórico contínuo de racismo estrutural e sexism, cujos efeitos repercutem diretamente sobre o desenvolvimento neurocognitivo e emocional.

Do ponto de vista neurocientífico, a exposição prolongada a situações de estresse psicossocial ativa de forma recorrente o eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (HHA), promovendo a liberação crônica de cortisol. McEwen (2007) define esse processo como *carga allostática*, responsável por alterações funcionais em estruturas cerebrais essenciais à aprendizagem, como o hipocampo, o córtex pré-frontal e a amígdala. Ao dialogar com esse conceito, autores negros como Frantz Fanon (2008) já apontavam, ainda no século XX, que a violência colonial e racial produz efeitos psíquicos profundos, impactando a constituição subjetiva, a autoestima e os processos cognitivos dos sujeitos racializados.

No contexto brasileiro, Sueli Carneiro (2011) contribui ao demonstrar que o racismo opera como tecnologia de poder que produz sofrimento psíquico, deslegitima saberes e limita possibilidades de desenvolvimento intelectual. Essas dinâmicas afetam diretamente funções executivas atenção, memória de trabalho, planejamento e controle inibitório descritas por Diamond (2013) como altamente sensíveis às condições emocionais e ambientais. Para mulheres

negras, a vivência cotidiana de microagressões raciais e de gênero potencializa estados de hipervigilância e ansiedade, comprometendo o engajamento cognitivo e o desempenho acadêmico.

A neuropsicopedagogia permite compreender essas manifestações não como déficits cognitivos inatos, mas como respostas neuroadaptativas a contextos de exclusão e violência simbólica. Nesse sentido, Nilma Lino Gomes (2017) destaca que a negação da identidade negra no espaço educacional produz impactos diretos na relação do sujeito com o conhecimento, afetando sua motivação, sua autoconfiança intelectual e sua permanência nos processos formativos. Tal leitura é fundamental para evitar práticas clínicas patologizantes e racialmente enviesadas.

No processo avaliativo, a atuação neuropsicopedagógica exige uma abordagem ampliada, que integre dados cognitivos, emocionais, históricos e culturais. Avaliações padronizadas, quando aplicadas sem considerar o contexto racial e social, podem reforçar diagnósticos equivocados e processos de medicalização indevida. Shonkoff et al. (2012) alertam que a desconsideração do estresse tóxico e das adversidades sociais compromete a validade clínica das avaliações. Dialogando com essa perspectiva, Grada Kilomba (2019) evidencia como a produção do “sujeito deficitário” negro é resultado de estruturas racistas que silenciam experiências e saberes, inclusive no campo da saúde mental. 9

No âmbito interventivo, a neuropsicopedagogia fundamenta-se nos princípios da neuroplasticidade, reconhecendo que o cérebro mantém capacidade de reorganização funcional ao longo da vida (Kolb & Gibb, 2011). Intervenções eficazes devem articular estimulação cognitiva, fortalecimento das funções executivas e estratégias de regulação emocional, associadas à valorização identitária e ao reconhecimento da história e da cultura negra. Bell hooks (2013) contribui ao afirmar que práticas educativas e terapêuticas libertadoras fortalecem o engajamento cognitivo ao reconhecer o sujeito em sua totalidade, promovendo segurança emocional e sentido no aprender.

Além disso, a atuação clínica neuropsicopedagógica assume caráter preventivo e político quando articulada às políticas públicas. A inserção de serviços de acompanhamento neuropsicopedagógico em escolas e comunidades possibilita a identificação precoce de dificuldades de aprendizagem e sofrimento psíquico associados ao racismo estrutural. Essa articulação contribui para a redução da evasão escolar, para o fortalecimento da autoestima e para a promoção da saúde mental de mulheres negras, conforme defendido por Beatriz

Nascimento (2021), ao tratar do direito à existência plena e à produção de saberes a partir da experiência negra.

Dessa forma, a neuropsicopedagogia clínica ultrapassa a dimensão técnico-instrumental e assume um compromisso ético-político com a equidade. Ao articular fundamentos neurocientíficos com contribuições de autoras e autores negros, essa área possibilita práticas clínicas e educacionais mais justas, contextualizadas e antirracistas. Reconhecer a mulher negra como sujeito neurocognitivamente potente, produtor de saber e protagonista de sua trajetória, é condição indispensável para a construção de uma educação e de uma clínica verdadeiramente humanizadas e transformadoras.

É notório que a neuropsicopedagogia tem se consolidado, no contexto educacional, como uma área promissora ao articular saberes que abrangem os diversos comportamentos, pensamentos, emoções e movimentos envolvidos nos processos de aprendizagem. Enquanto campo interdisciplinar, possibilitando uma compreensão ampliada do desenvolvimento humano e das condições que interferem na aprendizagem (FONSECA, 2014; PAIN, 1992). Essa abordagem favorece intervenções mais eficazes, centradas no sujeito, e contribui de forma significativa para a promoção da qualidade de vida do indivíduo, ao considerar não apenas o desempenho escolar, mas também aspectos emocionais e sociais que impactam o aprender.

10

Nesse sentido, a função do profissional em neuropsicopedagogia consiste em buscar estratégias e intervenções fundamentadas em evidências científicas para o acompanhamento de distúrbios, transtornos ou condições que interferem diretamente no desenvolvimento cognitivo e no processo educacional. De acordo com Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2016), dificuldades de aprendizagem e transtornos do neurodesenvolvimento, quando não identificados e acompanhados de forma adequada, podem comprometer significativamente o percurso escolar e o bem-estar emocional do estudante. Tais situações afetam não apenas o rendimento acadêmico, mas também a autoestima, a motivação e os projetos de vida, impactando os sonhos de alunos e de suas famílias.

Assim, a atuação neuropsicopedagógica assume um papel essencial ao promover a identificação precoce das dificuldades, a construção de planos de intervenção individualizados e o trabalho articulado com a família e a escola. Conforme destaca Bossa (2013), práticas psicopedagógicas e neuropsicopedagógicas comprometidas com o desenvolvimento integral do sujeito contribuem para a ressignificação das experiências de fracasso escolar, favorecendo trajetórias educacionais mais inclusivas, humanizadas e socialmente significativas.

PROPOSTAS DE AÇÕES INTEGRADAS PARA MULHERES NEGRAS

Para efetivamente promover a equidade e o desenvolvimento pleno da mulher negra, é imperativa a formulação de propostas de ações integradas que abranjam a educação, o suporte psicológico e o incentivo ao protagonismo. Primeiramente, a educação inclusiva e representativa deve ser fortalecida através do incentivo à formação continuada de professores em práticas pedagógicas antirracistas e neuropsicopedagógicas. Tal formação permite que os educadores compreendam os impactos do racismo no desenvolvimento da aprendizagem e desenvolvam metodologias que valorizem a diversidade e promovam um ambiente de ensino mais acolhedor e eficaz. Entre essas práticas pedagógicas antirracistas, destacam-se a inclusão de narrativas, histórias e personagens afro-brasileiros que transcendam datas comemorativas, a análise crítica de materiais didáticos para identificar e desconstruir estereótipos, a promoção de debates abertos sobre racismo e suas consequências na sociedade, e a criação de projetos pedagógicos que valorizem as identidades e as culturas dos estudantes negros, conforme defendido por Roberto Borges ao discutir o movimento negro educador (Borges, 2018).

Em segundo lugar, a criação e implementação de suporte psicoeducacional nas escolas, voltado às especificidades do público negro, são cruciais. A oferta de serviços psicológicos e pedagógicos que considerem as particularidades culturais e sociais das mulheres negras pode auxiliar na identificação e intervenção precoce de dificuldades de aprendizagem e de questões relacionadas à saúde mental, frequentemente agravadas por experiências de discriminação. Esse suporte pode mitigar os efeitos das microagressões raciais, proporcionando um ambiente mais seguro para o desenvolvimento emocional e cognitivo das alunas.

Por fim, é fundamental incentivar o protagonismo feminino negro por meio de políticas de apoio à formação acadêmica e profissional, especialmente nas áreas educacional, neuropsicopedagógica e de saúde mental. Ampliar a presença de mulheres negras nesses campos não só garante representatividade, mas também enriquece as perspectivas e abordagens, promovendo soluções mais adequadas e culturalmente sensíveis. Iniciativas que visam a inclusão consciente de mulheres negras em posições de liderança são essenciais para transformar estruturas e garantir que suas vozes e conhecimentos contribuam para a construção de uma sociedade mais justa (Campos, 2023).

CONCLUSÃO

A superação das desigualdades estruturais que historicamente atravessam a sociedade brasileira demanda ações integradas, contínuas e interseccionais, capazes de articular políticas públicas, práticas educacionais e fundamentos científicos comprometidos com a justiça social. Nesse cenário, a neuropsicopedagogia assume papel estratégico ao oferecer subsídios teóricos e metodológicos para a compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento humano em contextos marcados por racismo estrutural, desigualdades de gênero e exclusão social. Reconhecer que os impactos do racismo e da discriminação de gênero extrapolam dimensões individuais e se inscrevem em estruturas sociais excludentes é condição indispensável para a construção de intervenções educacionais e clínicas efetivamente transformadoras.

Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a trajetória da mulher negra é atravessada por múltiplas camadas de opressão que incidem diretamente sobre seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Essas opressões produzem efeitos concretos sobre a aprendizagem, a permanência escolar, a saúde mental e o acesso a espaços de poder. A neuropsicopedagogia, ao integrar conhecimentos da neurociência, da psicologia e da pedagogia, contribui para a compreensão desses impactos a partir de uma perspectiva não patologizante, reconhecendo que dificuldades de aprendizagem e sofrimento psíquico frequentemente resultam de contextos adversos e de experiências contínuas de violência simbólica.

Nesse sentido, a articulação entre políticas públicas antirracistas e abordagens neuropsicopedagógicas revela-se fundamental para enfrentar os efeitos do racismo estrutural sobre o desenvolvimento humano. Políticas educacionais que incorporem o acompanhamento neuropsicopedagógico, desde a infância até a vida adulta, ampliam as possibilidades de identificação precoce de dificuldades, de intervenção qualificada e de promoção da saúde mental. Essa integração fortalece ações afirmativas, políticas de permanência escolar e programas de formação docente, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais e para a construção de trajetórias mais equitativas para mulheres negras.

O protagonismo da mulher negra emerge, portanto, como elemento central na construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática. A ocupação de espaços de liderança por mulheres negras na educação, na saúde, na gestão pública e na produção de conhecimento não apenas amplia a representatividade, mas também tensiona estruturas historicamente excludentes. Sob a perspectiva da neuropsicopedagogia, esse protagonismo relaciona-se diretamente ao fortalecimento da identidade, da autoestima e da autorregulação

emocional, fatores essenciais para o engajamento cognitivo, para a aprendizagem significativa e para o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas.

Contudo, transformar a realidade das mulheres negras exige mais do que ações pontuais. São necessárias políticas estruturantes e contínuas que enfrentem as desigualdades em suas múltiplas dimensões. Programas de formação inicial e continuada de professores, suporte psicopedagógico e neuropsicopedagógico, políticas afirmativas no acesso e permanência no ensino superior e a valorização sistemática da cultura afro-brasileira constituem pilares fundamentais nesse processo. A neuropsicopedagogia, ao atuar de forma clínica, preventiva e institucional, contribui para a construção de práticas educacionais mais humanizadas, antirracistas e sensíveis às singularidades dos sujeitos.

Além disso, a descolonização do currículo educacional apresenta-se como uma exigência ética e política inadiável. A valorização de saberes afro-brasileiros e africanos, aliada ao reconhecimento das experiências históricas e culturais da população negra, fortalece o sentimento de pertencimento e promove ambientes educacionais emocionalmente seguros. Tais ambientes favorecem a plasticidade neural, o desenvolvimento das funções executivas e a construção de vínculos positivos com o conhecimento, aspectos amplamente reconhecidos pela neuropsicopedagogia como fundamentais para a aprendizagem.

13

O compromisso com essas ações deve ser permanente e sustentado por uma perspectiva interseccional que reconheça a complexidade das experiências vividas pelas mulheres negras. A neuropsicopedagogia, ao dialogar com as políticas públicas e com os princípios da equidade racial e de gênero, consolida-se como um campo capaz de contribuir não apenas para o sucesso educacional, mas também para a promoção do desenvolvimento humano integral. Sua atuação reafirma a necessidade de compreender o sujeito em sua totalidade, considerando aspectos cognitivos, emocionais, sociais e culturais de forma indissociável.

Assim, promover a inclusão e a valorização das mulheres negras não se restringe a uma agenda identitária, mas configura-se como um projeto coletivo de transformação social. Investir em políticas públicas articuladas à neuropsicopedagogia significa reconhecer que o desenvolvimento de uma nação passa, necessariamente, pela garantia de condições equitativas de aprendizagem, saúde mental e participação social. Ao fortalecer o protagonismo das mulheres negras, a sociedade brasileira avança na construção de um futuro mais justo, democrático e comprometido com a diversidade humana como valor fundamental.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen Produção, 2019. *E-book* (113 p.). ISBN 978-85-98349-69-5. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_\(Feminismos_Plurais\)_-_Carla_Akotirene.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_Carla_Akotirene.pdf). Acesso em: 21 mar. 2025.

ALMEIDA, Cíntia Borges de; SILVA, Marcelo Gomes da. A história da educação dos negros no Brasil. *Revista de História e Historiografia da Educação*, v. 1, p. 276, 11 jul. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rhhe.v1i0.53535>. Acesso em: 9 set. 2025.

BORGES, Roberto. O movimento negro educador. *Educação em Revista*, v. 34, 23 nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698192237>. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003. Lei nº 10.639 de 09/01/2003. Diário Oficial da União, 10 jan. 2003. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/552515>. Acesso em: 9 set. 2025.

CAMPOS, Dilma. Mulheres negras rumo à liderança: estudo apresenta recomendações para inclusão consciente. 27 jul. 2023. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/mulheres-negras-rumo-lideranca-estudo-apresenta-recomendacoes-inclusao-consciente>. Acesso em: 10 set. 2025.

CAROLINO, Amanda Ribeiro; FERREIRA, Cláudia Aparecida Avelar; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Políticas afirmativas: Acesso ao ensino superior por estudantes negros no Brasil. *Revista Ciências Administrativas*, v. 29, p. 1-14, 21 dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/2318-0722.2023.29.e13692>. Acesso em: 8 set. 2025.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. [S. l.]: Selo Negro Edições, 2011. 192 p. ISBN 978-8587478467.

GESSEN, Roselita; COSTA, Cleber Lázaro Julião. Menina Mulher Negra: construção de identidade e o conflito diante de uma sociedade que não a representa. *Revista Brasileira de Psicodrama*, v. 26, n. 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15329/2318-0498.20180010>. Acesso em: 9 set. 2025.

LEMOS, Vilma; FERREIRA PERAZZO, Priscila; DE OLIVEIRA, Rebeca Nunes Guedes. Educação e trabalho de mulheres negras: histórias de vida na interseccionalidade entre gênero e raça. *História Oral*, v. 25, n. 1, p. 93-113, 7 mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.51880/ho.v25i1.1240>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MARTINS, Tafnes Varela; LIMA, Tiago Jessé Souza de; SANTOS, Walberto Silva. O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 7, p. 2793-2802, jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.29182018>. Acesso em: 8 set. 2025.

OLIVEIRA, Janis Kauany de; BOTH, Laura Jane Ribeiro Garbini. A mulher negra em cargos de liderança: a influência do colonialismo e do feminismo negro nas relações de trabalho da mulher negra. *Cadernos da Escola de Direito*, n. 28, p. 71-91, 27 jul. 2018. Disponível

em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/3863/3134>. Acesso em: 13 maio 2024.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINÉA, Andréia Melanda. A lei nº 10.639/03 e o epistemicídio: relações e embates. *Educação & Realidade*, v. 43, n. 3, p. 949-967, 9 abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623665332>. Acesso em: 9 set. 2025.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. Um balanço dos dez anos da política federal de cotas na educação superior (lei nº 12.711/2012). *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, v. 6, 29 abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/9786558010531.ceppe.v6.5384>. Acesso em: 9 set. 2025.